



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP
Processo SGPe SAP 26624/2024

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	Cargo/função	Matrícula	E-mail
Susanete Palhano de Liz	Coordenadora de Apoio Operacional (PRC)	393.312-1-01	pe08caop@pp.sc.gov.br
Fabio Marcelo Palhano	Coordenador de Administração Penal	990.944-3-02	sr05cap@pp.sc.gov.br
Anderson Junior da Silva	Coordenador de FR e Licitação	381.269-3-01	sr05cfrl@pp.sc.gov.br

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Aquisição de materiais hidráulicos e sanitários, visando a manutenções e melhorias nos Estabelecimentos Penais integrantes da Regional Serrana.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Compras (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

O Plano Anual de Compras do Fundo Rotativo Regional Serrano está em construção com a inclusão das demandas apresentadas ao Setor de Planejamento.

As aquisições de bens permanentes e materiais de consumo estão previstas no Plano Plurianual (PPA) – 2024 a 2027. Também possui previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024. Subação 10906; Fonte de Recursos x.501.240.000.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

4.1. Planejamento Detalhado:

Levantamento detalhado das necessidades: Realizar um levantamento minucioso das necessidades de cada Unidade, considerando:

- Tamanho do EP (número de celas, sanitários, etc.);
- Condições dos sistemas hidráulicos e sanitários (estado de conservação das tubulações, louças e metais sanitários, etc.);
- Necessidades de manutenções corretivas e preventivas (tipo e quantidade de reparos e manutenções a serem realizados).

Consolidar as informações coletadas neste documento, detalhando a quantidade de cada item necessário para cada Unidade.

Definição de especificações técnicas precisas: Estabelecer as especificações técnicas dos materiais a serem adquiridos, com base nas necessidades levantadas e nas normas técnicas aplicáveis.

Incluir informações como tipo de material, marca, modelo, medidas, características técnicas, etc.

Considerar aspectos como resistência, durabilidade, eficiência e compatibilidade com os sistemas existentes.



4.2. Pesquisa de Mercado:

Realizar a pesquisa nos moldes da IN 16/2022/SEA.

Cotação de preços: Consultar diversos fornecedores para obter diferentes orçamentos, comparando preços, prazos de entrega, qualidade dos produtos e condições de pagamento.

Análise da qualidade dos produtos: Verificar a procedência dos materiais, certificações de qualidade, garantia dos produtos e reputação dos fornecedores.

4.3. Especificações Técnicas Precisas:

Definição clara dos requisitos técnicos: Descrever as características técnicas dos itens desejados, incluindo materiais, dimensões, capacidade, funcionalidade e outros aspectos relevantes.

Definição dos requisitos de qualidade:

- Materiais novos e sem defeitos;
- Acabamentos de alta qualidade;
- Certificações de qualidade emitidas por órgãos renomados;
- Embalagens adequadas para garantir a proteção dos materiais durante o transporte.

Compatibilidade com os sistemas existentes: Assegurar que os materiais sejam compatíveis com os sistemas hidráulicos e sanitários existentes nas Unidades. Considerar aspectos como medidas das tubulações, conexões, louças e metais sanitários, etc.

Evitar a necessidade de adaptações ou modificações nos sistemas existentes.

4.4. Aquisição de Produtos de Qualidade:

Priorizar produtos duráveis e confiáveis: Considerar a experiência da marca no fornecimento de materiais para órgãos públicos.

Verificar se a marca possui certificações de qualidade e prêmios de reconhecimento.

Verificar a garantia dos produtos: Buscar produtos com garantia de qualidade e assistência técnica para assegurar a reposição ou reparo em caso de defeitos.

Considerar a sustentabilidade: Priorizar produtos de origem sustentável, com menor impacto ambiental e que contribuam para a preservação dos recursos naturais.

4.5. Adequação às Normas Técnicas:

Verificação da certificação dos produtos: Certificar-se de que os produtos estejam em conformidade com as normas técnicas brasileiras, garantindo a segurança e o bom funcionamento.

Exigência de certificados de qualidade: Solicitar aos fornecedores certificados de qualidade que comprovem a procedência e a qualidade dos produtos.

Consultoria especializada: Buscar orientação de profissionais especializados em normas técnicas para garantir a adequação dos produtos às regulamentações vigentes.

4.6. Sustentabilidade e Responsabilidade Social:

Priorizar produtos de origem sustentável: Optar por produtos fabricados com materiais reciclados, de fontes renováveis ou que minimizem o impacto ambiental.

Apoiar empresas locais: Buscar fornecedores locais para fortalecer a economia da região e gerar oportunidades de trabalho para a comunidade.

Considerar critérios sociais: Priorizar empresas que se comprometem com práticas sociais responsáveis, como boas condições de trabalho, inclusão social e respeito aos direitos humanos.

4.7. Documentação Completa:

Exigir do fornecedor toda a documentação necessária para a formalização do contrato, incluindo:

- Certidões negativas de débitos;
- Alvarás de funcionamento;



- Documentação comprobatória da experiência em fornecimento de materiais para órgãos públicos;
- Certidões que comprovem a conformidade dos materiais com as normas técnicas.

Elaborar um contrato detalhado que defina todas as obrigações do fornecedor, como:

- Prazo de entrega dos materiais;
- Condições de pagamento;
- Garantia dos produtos;
- Obrigações de assistência técnica;
- Sanções em caso de inadimplência.

Acompanhar de perto a execução do contrato, para garantir o cumprimento de todas as obrigações.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A definição das quantidades dos itens a serem adquiridos foi realizada com base na contratação anterior realizada pelo SAP 21047/2021, neste processo elaborado como Sistema de Registro de Preços, foi realizado estudo na maior Unidade da Regional, e atribuídas quantidades adicionais proporcionalmente às demais Unidades.

Resultado do PE 0043/2021 realizado pelo processo supramencionado:

Despesa estimada	Total Contratado	Situação
R\$ 145.780,20	R\$ 85.485,80	Encerrada

Relatórios com quantidades e referências seguirão em anexo.

Seguindo este referencial, a equipe de planejamento da SR-05 observou a eficiência do uso da ferramenta de Registro de Preços, uma vez que proporcionou economia de tempo e recursos, previsibilidade de custos, variedade de fornecedores e facilidade na gestão da ARP.

Desse modo, para nova contratação os quantitativos foram atualizados para atender os 8 (oito) Estabelecimentos Penais da Regional Serrana, existente no momento da construção deste estudo.

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Por se tratar de uma Oficina Laboral desenvolvida com a finalidade de dar suporte no trabalho de ressocialização das pessoas privadas de liberdade, fica quase impossível identificar alternativas à contratação.

Mas diante de verificação das rotinas implantadas, podemos citar:

- Solução 1 - Reaproveitamento de materiais;
- Solução 2 - Soluções alternativas e inovadoras;
- Solução 3 - Contratação de empresa para realizar os serviços;
- Solução 4 - Aquisição dos materiais pelo FR-05.

Não é aplicável neste caso a locação de materiais, uma vez que se tratam de material de consumo.



7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Realizada concomitantemente à pesquisa de mercado conforme a IN 16/2022 SEA, foram encontrados os valores estimados conforme descrito no Mapa de Preços (páginas 186-215).

O valor máximo para esta contratação é de **R\$ 146.843,55 (cento e quarenta e seis mil, oitocentos e quarenta e três reais e cinquenta e cinco centavos)**.

8. Comparativo das soluções

O comparativo visa demonstrar as vantagens e desvantagens de cada uma das soluções a fim de sistematizar e subsidiar a tomada de decisão e deve trazer documentos comprobatórios da análise.

Solução 1 - Reaproveitamento de materiais;

Vantagens	Desvantagens
- Redução de custos: A reutilização de materiais existentes diminui a necessidade de novas aquisições, o que representa economia significativa para a Administração Pública. - Sustentabilidade ambiental: O reaproveitamento contribui para a redução do consumo de recursos naturais, a diminuição do descarte de materiais e a preservação do meio ambiente. - Minimização de impactos na rotina das Unidades: Ao evitar a necessidade de obras e instalações extensas, o reaproveitamento minimiza os transtornos para a comunidade carcerária e os servidores.	- Necessidade de avaliação rigorosa: É fundamental realizar uma avaliação minuciosa do estado dos materiais existentes para garantir que atendam aos requisitos de qualidade e segurança. - Limitação de opções: O reaproveitamento pode limitar as opções de modernização e otimização dos sistemas hidráulicos e sanitários. - Possibilidade de custos com reparos e adaptações: Em alguns casos, o reaproveitamento pode exigir reparos ou adaptações nos materiais existentes, o que pode gerar custos adicionais.

Solução 2 - Soluções alternativas e inovadoras;

Vantagens	Desvantagens
- Melhoria da eficiência: Soluções inovadoras podem otimizar o uso dos recursos hídricos, reduzir custos com energia e contribuir para a modernização dos sistemas hidráulicos e sanitários. - Minimização do impacto ambiental: Tecnologias como captação de água da chuva, reúso de água cinza e sistemas de descarga eficientes podem reduzir o consumo de água potável e o impacto ambiental das Unidades. - Melhoria da qualidade de vida: Soluções inovadoras podem contribuir para a melhoria da qualidade da água fornecida, da higiene dos ambientes e do conforto dos usuários.	- Custo elevado: O investimento inicial em soluções inovadoras pode ser mais alto em comparação com a compra tradicional de materiais. - Necessidade de expertise técnico: A implementação de soluções inovadoras pode exigir expertise técnico especializado e mão de obra qualificada. - Possibilidade de falhas ou problemas técnicos: Novas tecnologias podem apresentar falhas ou problemas técnicos não previstos, o que pode gerar custos adicionais com reparos ou substituições.

Solução 3 - Contratação de empresa para realizar os serviços;

Vantagens	Desvantagens
-----------	--------------



- Especialização e expertise: A empresa contratada possui profissionais especializados e experientes na área de hidráulica e saneamento, o que garante a qualidade dos serviços prestados. - Gerenciamento de mão de obra e recursos: A empresa contratada é responsável pela gestão da mão de obra, dos materiais e dos equipamentos necessários para a execução dos serviços, o que alivia a carga de trabalho da Administração Pública. - Transferência de riscos: A empresa contratada assume os riscos relacionados à execução dos serviços, como acidentes de trabalho, danos a materiais e equipamentos, e problemas técnicos.	- Custo elevado: A contratação de uma empresa especializada pode ser a opção mais cara entre as alternativas apresentadas. - Perda de controle sobre a execução dos serviços: Ao contratar uma empresa externa, a Administração Pública perde parte do controle sobre a execução dos serviços, o que pode levar a problemas de qualidade ou atrasos na entrega. - Dificuldade na fiscalização dos serviços: A fiscalização dos serviços prestados por uma empresa externa pode ser mais complexa e exige expertise técnico da Administração Pública.
---	--

Solução 4 - Aquisição dos materiais pelo FR-05

Vantagens	Desvantagens
- Controle total sobre a qualidade dos materiais: A Administração Pública pode escolher materiais de alta qualidade e durabilidade, que atendam às suas necessidades específicas. - Acesso a tecnologias de última geração: A compra de materiais novos permite o acesso a tecnologias de última geração em termos de eficiência, sustentabilidade e design. - Facilidade de implementação: A instalação de novos materiais geralmente é mais simples e rápida do que a adaptação de materiais existentes. - Oportunidade de oferecer uma formação profissional aos presos que realizam as manutenções: Através das oficinas de trabalhos existentes é possibilitado aos presos a oportunidade de aprender uma profissão na área de hidráulica e saneamento. Medida que contribui para a reinserção social dos presos e a qualificação profissional.	- Custo elevado: A compra de novos materiais pode ser mais onerosa. - Impacto ambiental: A produção e o transporte de novos materiais podem gerar impacto ambiental, como consumo de recursos naturais e emissões de gases poluentes. - Possibilidade de obsolescência tecnológica: Tecnologias podem se tornar obsoletas em um curto período de tempo, exigindo a necessidade de novas aquisições no futuro.

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

9. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Demonstração de que a **aquisição dos materiais** é a melhor solução para a Oficina Agropecuária da Penitenciária Regional de Curitiba, levando em consideração a realidade dos Estabelecimentos Penais.

A aquisição de materiais hidráulicos e sanitários para os Estabelecimentos Penais da Regional Serrana, quando implementada com foco na qualidade, na sustentabilidade e na ressocialização dos presos, representa uma solução estratégica para a Administração Pública. Essa alternativa garante a qualidade dos serviços prestados e oferece aos presos a oportunidade de aprender uma profissão e se reintegrar à sociedade. Através da implementação de um programa de ressocialização estruturado, da seleção criteriosa dos presos participantes e da busca por parcerias com empresas e instituições, a Administração Pública poderá maximizar os benefícios dessa alternativa e promover a transformação social.



Importante registrar que o montante destinado à conservação dos Estabelecimentos Penais é proveniente de arrecadação obtida pelo trabalho dos presos, conforme preconiza a Lei Complementar 809/2022, e que todo investimento realizado é parte da principal função do Fundo Rotativo Regional Serrano, a reabilitação da pessoa privada de liberdade para ser reinserida no convívio social.

10. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Este processo será estruturado como uma **ata de registro de preços** com os materiais necessários à conservação dos Estabelecimentos Penais, portanto a contratação ocorrerá de forma fracionada dentro do prazo de vigência da ATA para entrega conforme controle de estoque mínimo no Almoxarifado Regional.

Após a formalização da ATA com o (s) fornecedor (es) devidamente habilitado (s), serão emitidas AFs (Autorizações de Fornecimento) conforme comprovação da necessidade pelo (s) Setor (s) Requerente (s).

11. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não se aplica para essa finalidade.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A Administração deve garantir que o processo seja transparente, justo e atenda aos interesses públicos, com a observação de etapas como:

- Planejamento da contratação de forma detalhada, definindo os objetivos, escopo e requisitos do contrato. Isso inclui a identificação das necessidades da Administração e a estimativa de recursos financeiros necessários;
- Realizar pesquisa de mercado para identificar fornecedores qualificados e obter informações sobre preços e condições praticadas no mercado para garantir que a contratação seja feita de forma justa e competitiva;
- Com base no planejamento e na pesquisa de mercado, a Administração deve elaborar o edital (em licitações) e o termo de referência (em qualquer contratação) com todas as informações necessárias sobre o objeto do contrato, critérios de seleção, prazos, obrigações das partes, entre outros detalhes;
- Caso o contrato seja passível de licitação, a Administração deve seguir as etapas do processo licitatório, divulgando o edital, recebendo propostas dos interessados e escolhendo a melhor proposta dentro dos critérios estabelecidos;
- Analisar a documentação dos participantes da licitação para verificar sua habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal, entre outros requisitos exigidos;

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Possíveis Impactos Ambientais:

- Extração de recursos naturais: A produção de materiais hidráulicos e sanitários pode exigir a extração de recursos naturais, como minérios, madeira e água, o que pode levar ao desmatamento, à degradação do solo e à poluição da água.
- Emissão de gases de efeito estufa: O processo de produção e transporte dos materiais pode gerar emissões de gases de efeito estufa, como dióxido de carbono, metano e óxido nitroso, que contribuem para o aquecimento global e as mudanças climáticas.



- Geração de resíduos sólidos: A produção, o transporte e a instalação dos materiais podem gerar resíduos sólidos, como embalagens, sobras de materiais e materiais danificados, que podem poluir o solo e os cursos d'água se não forem descartados de forma adequada.
- Consumo de água e energia: A produção e o transporte dos materiais podem consumir grandes quantidades de água e energia, o que pode levar ao esgotamento dos recursos hídricos e à geração de emissões de gases de efeito estufa.

Medidas Mitigadoras:

- Aquisição de materiais de empresas com certificações ambientais: A Administração Pública pode dar preferência à aquisição de materiais de empresas que possuem certificações ambientais, como ISO 14001 e FSC, que garantem a adoção de práticas sustentáveis na produção.
- Utilização de materiais reciclados ou reutilizados: A Administração Pública pode buscar materiais que sejam reciclados ou reutilizados, como aço reciclado, plástico reciclado e madeira de demolição. Isso reduz a necessidade de extração de recursos naturais e a geração de resíduos sólidos.
- Implementação de boas práticas de gestão de resíduos: A Administração Pública deve implementar boas práticas de gestão de resíduos, como segregação, coleta seletiva, reutilização e reciclagem, para reduzir o impacto ambiental dos resíduos gerados.
- Otimização da logística de transporte: A Administração Pública deve otimizar a logística de transporte dos materiais para reduzir o consumo de combustíveis e as emissões de gases de efeito estufa. Isso pode ser feito através da utilização de veículos eficientes, do planejamento de rotas otimizadas e da consolidação de cargas.
- Promoção de campanhas de conscientização: A Administração Pública pode promover campanhas de conscientização entre os servidores e os presos sobre a importância da sustentabilidade e do consumo consciente de recursos. Isso pode contribuir para a redução do consumo de água e energia e a geração de menos resíduos.
- A conscientização de todos os envolvidos no processo através de um compromisso com a preservação do meio ambiente, contribuirá para a construção de um futuro mais sustentável.

14. Resultados pretendidos (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Resultados Pretendidos na Licitação de Aquisição de materiais hidráulicos e sanitários:

14.1. Qualidade dos Serviços Prestados:

- Melhoria da infraestrutura: A aquisição de materiais de alta qualidade e durabilidade permitirá a modernização dos sistemas hidráulicos e sanitários das Unidades, garantindo maior confiabilidade, eficiência e segurança.
- Redução de manutenções corretivas: Materiais de qualidade superior exigem menos reparos e manutenções corretivas, diminuindo os custos com mão de obra e materiais, otimizando o tempo de trabalho dos servidores e minimizando transtornos para a comunidade carcerária.
- Melhoria das condições de higiene: A instalação de novos materiais contribui para a criação de um ambiente mais higiênico e saudável nas Unidades, promovendo a saúde dos presos e dos servidores, reduzindo o risco de doenças e contribuindo para um ambiente mais seguro e agradável.

14.2. Sustentabilidade Ambiental:

- Redução do consumo de água: A escolha de materiais com menor consumo de água, como torneiras e chuveiros eficientes, contribui para a economia de recursos hídricos, um bem precioso e cada vez mais escasso.
- Minimização do impacto ambiental: A utilização de materiais reciclados ou reutilizados, a otimização da logística de transporte e a implementação de boas práticas de gestão de resíduos reduzem o impacto



ambiental da aquisição, contribuindo para a preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável da região.

- Promoção de práticas sustentáveis: A licitação pode estabelecer critérios que incentivem a oferta de materiais com menor impacto ambiental, como certificações ambientais e práticas de produção sustentáveis, promovendo a cultura da sustentabilidade entre as empresas participantes.

14.3. Ressocialização dos Presos:

- Oferta de formação profissional: A implementação de um programa de ressocialização que ofereça aos presos a oportunidade de aprender uma profissão na área de hidráulica e saneamento contribui para a reinserção social dos mesmos, qualificando-os profissionalmente e aumentando suas chances de obter emprego após o cumprimento da pena.
- Desenvolvimento de habilidades e competências: A participação no programa de ressocialização permite aos presos desenvolver habilidades e competências importantes para o mercado de trabalho, como responsabilidade, disciplina, trabalho em equipe e resolução de problemas.
- Redução da reincidência criminal: A ressocialização através da profissionalização pode contribuir para a redução da reincidência criminal, promovendo a integração social dos presos e diminuindo os custos para o sistema prisional e para a sociedade em geral.

14.4. Eficiência Administrativa e Econômica:

- Redução de custos com aquisições futuras: A compra de materiais de alta qualidade e durabilidade pode reduzir a necessidade de novas aquisições em um curto período de tempo, otimizando os recursos financeiros da Administração Pública.
- Melhoria da gestão de estoques: A implementação de um sistema de gestão de estoques eficiente permite controlar o nível de estoque dos materiais, evitando rupturas e garantindo a disponibilidade dos materiais quando necessário.
- Promoção da transparência e da lisura nas compras: A realização de uma licitação pública transparente e competitiva garante a seleção da melhor proposta em termos de preço, qualidade e sustentabilidade, combatendo a corrupção e promovendo o bom uso dos recursos públicos.

14.5. Benefícios Sociais:

- Melhoria das condições de vida dos presos: A modernização dos sistemas hidráulicos e sanitários nas Unidades contribui para a melhoria das condições de vida dos presos, garantindo um ambiente mais higiênico, seguro e humano.
- Promoção da saúde pública: A redução do consumo de água e a minimização do impacto ambiental da aquisição dos materiais contribuem para a preservação da saúde pública e para a qualidade de vida da comunidade em geral.
- Estímulo à geração de emprego e renda: A aquisição de materiais de empresas locais ou cooperativas pode contribuir para o desenvolvimento da economia local, a geração de emprego e renda e a promoção da responsabilidade social.

A licitação para aquisição de materiais hidráulicos e sanitários para os Estabelecimentos Penais da Regional Serrana representa uma oportunidade para a Administração Pública alcançar diversos resultados positivos em termos da qualidade dos serviços prestados, da sustentabilidade ambiental, da ressocialização dos presos.

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O presente Estudo Técnico Preliminar, elaborado pela equipe de planejamento da SR-05 junto com a Coordenadoria de Licitação do Fundo Rotativo Regional, considerando a análise das necessidades elencadas e os demais aspectos normativos, concluiu pela AQUISIÇÃO dos itens, uma vez considerados os seus potenciais benefícios com caráter essencial à economicidade e eficiência.



São Cristóvão do Sul, 18 de junho de 2024.

Susanete Palhano de Liz

Coordenadora de Apoio Operacional

[assinado digitalmente]

Fabio Marcelo Palhano

Coordenador de Administração Penal

[assinado digitalmente]

Anderson Junior da Silva

Coordenador de FR e Licitação

[assinado digitalmente]



Assinaturas do documento



Código para verificação: **R1E98TQ0**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANDERSON JUNIOR DA SILVA (CPF: 034.XXX.919-XX) em 18/06/2024 às 17:20:48

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:17:10 e válido até 13/07/2118 - 13:17:10.

(Assinatura do sistema)



FABIO MARCELO PALHANO (CPF: 870.XXX.519-XX) em 20/06/2024 às 09:19:55

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:52:35 e válido até 13/07/2118 - 13:52:35.

(Assinatura do sistema)



SUSANETE PALHANO DE LIZ (CPF: 690.XXX.789-XX) em 01/07/2024 às 13:47:00

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 15:10:20 e válido até 13/07/2118 - 15:10:20.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0FQXzlwMTQwXzAwMDI2NjI0XzI2NzUwXzlwMjRfUjFFOThUUTA=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SAP 00026624/2024** e o código **R1E98TQ0** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.